

FAMÍLIAS: UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO COM GRUPO

Mônica Maria Nunes da Trindade Siqueira

Universidade de Taubaté

Departamento de Serviço Social

Resumo

Este artigo aborda uma experiência de intervenção com grupos, tendo como perspectiva o trabalho sócio educativo com famílias. Essa experiência foi construída ao longo da minha atuação com grupos de famílias em vulnerabilidade social, assessorias para equipes de profissionais (assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais) que vivenciam em sua prática a abordagem grupal e, na docência, ministram a disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio. As políticas sociais brasileiras se apresentam hoje como mecanismos compensatórios de enfrentamento da pobreza, embora a proposta seja desse enfrentamento. Nesse contexto, o assistente social sempre ocupou um lugar na execução das políticas sociais e hoje, com os avanços da profissão, tem construído e aperfeiçoado instrumentos técnico-operativos para uma atuação mais competente, voltada para a conquista dos direitos e da cidadania da população. Nesse sentido, as diversas expressões da questão social apresentada ao assistente social vêm exigindo respostas concretas, principalmente no que se refere à intervenção profissional. A proposta é apresentar uma estratégia de como trabalhar com famílias em grupo, de forma global, integrando a discussão de temas, a dinâmica interna do grupo e a individualização de seus membros e propor procedimentos de planejamento das ações com grupos. Abordo a concepção de grupo, a família como participante ativa do grupo, as dificuldades dos profissionais na coordenação dos grupos, a importância da definição dos objetivos profissionais para o trabalho e as dimensões a serem trabalhadas no grupo e a sua operacionalização. Esse trabalho se dirige aos assistentes sociais e profissionais que têm em sua atuação, o trabalho com grupos.

Palavras-Chave: Grupo, Família, Ação Profissional do Assistente Social.

FAMILIES: AN EXPERIENCE IN GROUP WORK

Abstract

This paper boards an experience of interventions with groups, having as an perspective the socio educative work with families. This experience was built through out my work with family groups in social vulnerability, consultantship for teams of professionals (social assistants, psychologist, occupational therapeutics) with have group boarding in their practice and in teaching the discipline as a Stage Academic Supervisor. The Brazilian social politics with in our days show themselves as compensatory mechanisms for facing the poverty although their purpose is facing poverty itself. In this context the social assistant always had its place in the execution of the social politics and today with the progress of the profession they have been building and improving tecno-operatives tools for a more competent action focused on the gain of the rights and citizenship of the population. In this way the many expressions of the social issue presented to the social assistant have demanded concrete answers mainly in those referring to the social intervention. The proposition is to present

a strategies of how to work with families groups in a global way integrating the discussion of themes, the internal dynamics of the group and the singularities of its members proposing planning procedures of the actions with groups. I board the conception of the group, the family as a active participant of the group, the difficulty of the professionals in the coordination of the groups and the importance of the definitions of the professional's goals for the work and finally board the dimension to be worked in the group and the operational being of the work. This paper is for the social assistants and professionals that have its field of action the work with groups.

Key words: Group, family, professional action of the social assistant.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda uma experiência de intervenção com grupos, tendo como perspectiva o trabalho sócio educativo com famílias. Essa experiência foi construída ao longo da minha atuação com grupos de famílias em vulnerabilidade social, assessoria para equipes de profissionais (assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais) que vivenciam em sua prática a abordagem grupal e, na docência, ministram a disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio.

Por que falar do trabalho com grupos?

As políticas sociais brasileiras se apresentam hoje como mecanismos compensatórios de enfrentamento da pobreza, embora a proposta seja desse enfrentamento. Nesse contexto o assistente social sempre ocupou um lugar na execução das políticas sociais e hoje, com os avanços da profissão, tem construído e aperfeiçoado instrumentos técnico-operativos para uma atuação mais competente voltada, para a conquista dos direitos e da cidadania da população.

Nesse sentido, as diversas expressões da questão social apresentada ao assistente social vêm exigindo respostas concretas, principalmente no que se refere à intervenção profissional.

O trabalho com grupos pode trazer resultados mais consistentes, a possibilidade de se vivenciar a cooperação, fortalecendo vínculos entre os membros; pode ser também um caminho para a participação na defesa e conquista de direitos. Para tanto é fundamental que dentre vários outros aspectos, o profissional conheça e domine como se dá o processo grupal e não somente discuta temas de interesse do grupo.

A proposta desse artigo é apresentar uma estratégia de como trabalhar com famílias de forma dinâmica e global, integrando a discussão de temas, a dinâmica interna do grupo e a individualização de seus membros e propor procedimentos de planejamento das ações com grupos.

Inicialmente, faço uma breve reflexão sobre a concepção de grupo, discuto a família como participante ativa do grupo, as dificuldades dos profissionais na coordenação dos grupos e a importância da definição dos objetivos profissionais para o trabalho; finalmente abordo as dimensões a serem trabalhadas no grupo e a sua operacionalização.

Esse trabalho se dirige aos assistentes sociais e profissionais que têm em sua atuação o trabalho com grupos.

Esse artigo pretende contribuir para uma ação mais qualificada do assistente social e de outros profissionais que já atuam, ou pretendem atuar com grupos, em sua ação profissional junto às políticas sociais.

CONCEPÇÃO DE GRUPO

O trabalho com grupos sempre esteve presente na atuação do assistente social e hoje é uma estratégia de intervenção, que vem sendo cada vez mais utilizada e repensada frente às demandas da população e às perspectivas que as políticas públicas vêm apresentando, principalmente a de Assistência Social.

Quando me refiro às demandas da população, quero dizer aquela que é atendida pelo assistente social, a qual não tem conhecimento ou não sabe como buscar seus direitos, cansada de passar por vários profissionais e/ou instituições e ter que repetir sua história para justificar a sua necessidade. Refiro-me ainda à população que participa de Programas Sociais nos quais a participação no grupo é uma exigência do programa, para o recebimento de um benefício ou aquela população que não demonstra interesse em reuniões de grupo, quando o objetivo é discutir a importância da participação e organização para a defesa de seus direitos. São famílias que vivem em seu dia a dia a violência, a dependência química de seus membros, a baixa estima, a falta de qualificação profissional, o trabalho informal como fonte de renda, entre outros. Por outro lado, há o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que propõe a concretização da assistência social como um direito, quebrando a ótica da assistência social como ajuda moral. Um sistema que é concebido pela Política Nacional de Assistência Social – (PNAS/2004), como aquele que:

Define e organiza os elementos essenciais imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede sócioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme aqui descritos [...] (BRASIL, 2004, p. 33)

Conforme prevê o PNAS/2004, a qualidade de atendimento é essencial para se implantar o SUAS e atender, com qualidade implica dentre vários aspectos, a ética e a clareza dos objetivos profissionais, no desenvolvimento do trabalho realizado com a família, sujeito da Política de Assistência Social no Brasil.

A abordagem grupal como um instrumento técnico-operativo do assistente social deve ser considerada “não somente em seus aspectos técnicos – referentes ao ‘fazer’ – mas também em suas implicações sócio-políticas da prática da qual ele potencializa as ações, viabilizando uma intervenção que tem uma direção social situada no movimento contraditório da sociedade.” (TRINDADE, 2004, p. 39)

A partir das reflexões de minhas experiências com grupos, seja com famílias, ou com profissionais que coordenam grupos de famílias e/ou com seus representantes (mulheres,

adolescentes, idosos, etc.) em uma perspectiva sócio educativa, implica, entre outros aspectos a concepção que o profissional tem para si de grupo, porém é desejável que, independente da formação teórica ou técnica do profissional envolvido com o trabalho com grupos, ele esteja capacitado a reconhecer a variedade e diversidade de situações que se apresentam na abordagem grupal. É importante que o profissional tenha a disponibilidade e capacidade crítica e reflexiva para não se deixar influenciar por aspectos aparentemente relevantes, mas que não revelam, com clareza, a trama de relações inerentes à vivência de grupo. (GOMES, 1996, p. 33)

Tomo como referência para conceituar grupo, Enrique Pichón Rivière, quando diz que:

Grupo é todo conjunto de pessoas ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, e articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe explícita ou implicitamente uma tarefa que constitui sua finalidade. Podemos dizer, então, que estrutura, função, coesão e finalidade, juntamente com o número determinado de integrantes, configuram a situação grupal, que tem seu modelo natural no grupo familiar. (PICHÓN RIVIÈRE, 1982, apud PEREIRA, 2002, p. 284-285)

[...] um conjunto restrito de pessoas que, ligadas por constantes de tempo e espaço, e articuladas por sua mútua representação interna, se propõe de forma explícita ou implícita a uma tarefa, que constitui a sua finalidade, interagindo através de complexos mecanismos de assunção e distribuição de papéis. (PICHON-RIVIÈRE, 1980, apud MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL..., 2006, p. 38).

O ser humano é um animal gregário. Não pode evitar ser membro de um grupo, ainda naqueles casos em que sua pertinência ao grupo consista em comportar-se de modo que dê a sensação de não pertencer a grupo algum. (PICHÓN RIVIÈRE, 1994, apud GOMES, 1996, p. 33)

Ainda conceituando grupo, Gomes (1996, p. 33) diz que é “resultado da intersecção da história dos grupos com a história dos seus indivíduos e seus mundos internos, suas projeções e transferências na sociedade em que estão inseridos”. No grupo há uma interdependência entre o movimento inter relacional (aspectos conscientes do grupo), movimento intra-psíquico (aspectos inconscientes do grupo) e os meio externo no grupo (aspectos sócio-culturais).

Pichón-Rivière teve influências de estudiosos sobre o trabalho com grupos, dentre eles destaco Kurt Lewin que se refere à Teoria do Campo Grupal. “Ele [Kurt Lewin] postulava que qualquer indivíduo, por mais ignorado que seja, faz parte do contexto do seu grupo social, o influencia e é por este fortemente influenciado e modelado”. (ZIMERMAN; OSÓRIO, 1997, p. 24)

Bion, também influenciou Pichón-Rivière, quando criou os conceitos originais acerca da dinâmica do campo grupal com seus conhecidos pressupostos básicos - dependência, luta e fuga.

O campo grupal que se forma em qualquer grupo se processa em dois planos: um é o da intencionalidade consciente e o outro o da interferência de fatores inconscientes. O primeiro é denominado por Bion (1965) como ‘grupo de trabalho’, pela razão de que nele todos os indivíduos integrantes estão voltados para o êxito da tarefa proposta. Subjacente a ele está o segundo plano,

que o aludido autor chama de ‘supostos básicos’, regido por desejos reprimidos, ansiedades e defesas, e que tanto pode se configurar com a prevalência de sentimentos de dependência, ou de luta e fuga contra os medos emergentes, como de uma expectativa messiânica, etc. É claro que, na prática estes dois planos não são rigidamente estanques, pelo contrário, entre eles costuma haver superposição e uma flutuação. (ZIMERMAN, 2000, p. 84)

Faço menção a Kurt Lewin e W. R. Bion para a compreensão das bases da teoria dos grupos operativos de Pichón-Rivière.

O trabalho com grupos operativos consiste em buscar coerência entre o pensar, sentir e agir. É partir do que o grupo traz como manifesto explícito que se pode chegar ao manifesto implícito. A proposta é promover mudanças individuais e nas relações grupais. Os momentos do grupo operativo pensado por Pichón-Rivière são: Pré-Tarefa, Tarefa e Projeto.

Na **pré-tarefa** (*grifo nosso*) se concentra a resistência à mudança; é aqui que observamos nos grupos o predomínio das ansiedades e medos basicamente frente ao desconhecido que obstaculizam o “entrar na tarefa”. Encontramos também o predomínio da dissociação entre o agir, o sentir e o pensar. [...]O momento da **tarefa** (*grifo nosso*) consiste na elaboração da ansiedade provocada pela mudança e na integração do pensar, sentir e agir. É na tarefa que se consegue abordar o objeto de conhecimento de forma a romper com as pautas estereotipadas que estancam a mudança e bloqueiam a comunicação. Aqui se dá o insight através da elaboração dos medos básicos. [...] O **projeto** (*grifo nosso*) é o que aparece emergindo da tarefa. (ZIMERMAN; OSÓRIO, 1997, p. 97-98)

Berstein (1989) diz que, na proposta de Pichón-Rivière, dá-se a articulação de dois níveis no grupo: a verticalidade e a horizontalidade. A verticalidade está relacionada com a história individual de cada integrante, que permite assumir certos papéis que foram adjudicados pelos demais. A horizontalidade é compartilhada pelo grupo, o denominador comum que os unifica, que pode ser de natureza consciente ou inconsciente.

O ser humano é um ser social que participa de grupos desde seu nascimento, do grupo familiar, da escola, do trabalho, entre outros. Pensar o grupo na perspectiva sócio-educativa desenvolvida em instituições é valorizar uma prática que sempre foi realizada pelo assistente social, porém hoje, com foco não somente na participação e organização para defesa de direitos, mas também no fortalecimento dos vínculos afetivos da família e de seus membros.

O Ministério do Desenvolvimento Social, em seu guia de orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, afirma que:

O grupo sócioeducativo para as famílias é um excelente espaço para trocas, para o exercício da escuta e da fala, da elaboração de dificuldades e de reconhecimento de potencialidades. Contribui para oferecer aos cidadãos a oportunidade de melhor viver os seus direitos dentro de um contexto de proteção mútua, afeto, desenvolvimento pessoal e solidariedade. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL..., 2006, p. 39)

Há uma interdependência nas relações entre os membros de um grupo, quando um afeta e é afetado pelo outro e também em relação ao que cada membro traz de sua própria história; na família também essa dinâmica pode ser percebida. No trabalho com a família e/ou com seus representantes é fundamental o fortalecimento de vínculos entre seus membros e entre o protagonismo de cada um.

Superar a perspectiva de treinamento de relações humanas, como hipótese para o ajustamento na sociedade e enfatizar a capacitação do indivíduo, de modo que ele possa se colocar crítica e autonomamente na relação com o meio social, talvez seja a tarefa primordial daqueles que pretendem uma abordagem de grupo. (GOMES, 1996, p. 33)

A FAMÍLIA COMO PARTICIPANTE ATIVA NO GRUPO

O grupo pode ser formado tanto com famílias como com representantes das famílias. Grupo com famílias são grupos em que participam vários membros de uma mesma família; pode haver presença de criança, adolescente, idoso juntamente com outras famílias e seus membros. Já o grupo com representantes das famílias são grupos formados por segmentos formados de mulheres, homens, idosos, crianças, adolescentes, deficientes, etc.

É importante, para o trabalho de grupo, considerar o modelo de família que os participantes têm como referência e o modelo vivido nas condições reais de seu dia a dia. Esse modelo tem forte influência nas relações familiares cotidianas. Refiro-me ao padrão pai, mãe e filhos, em uma relação hierarquizada, em que há o provedor e o cuidador, aquele que manda e o outro que obedece, o padrão de famílias felizes. É um modelo cristalizado pelas famílias que, muitas vezes, são tidos como “o certo” que segue por trás do que é vivido por elas. Na formação desse modelo, há influências das tradições, instituições, meios de comunicação e até mesmo dos grupos sociais das famílias. São influências culturais e sociais amplas e restritas ao contexto familiar.

A família que se vive como diz Szymanski (2001, p. 27) “refere-se aos modos de agir habituais dos membros de uma família. É a que aparece no agir concreto do cotidiano e que poderá ou não estar de acordo com a família pensada.” É um vivido fruto das condições sociais impostas pela sociedade e da repetição de padrões aprendidos na família de origem.

Compreender a família pensada como modelo e a família vivida na percepção da própria família pode abrir caminhos para sua participação ativa no grupo, possibilitando o refletir sobre o vivido e descobrir novos modos de ver o mundo, as pessoas, as relações.

O ciclo de vida familiar também é outro aspecto a ser considerado no trabalho com famílias em grupo. A Política Nacional de Assistência Social diz:

[...] as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, relacionadas à ordem econômica, à organização do trabalho, à revolução na área da reprodução humana, à mudança de valores e à liberalização dos hábitos e dos costumes, bem como ao fortalecimento da lógica individualista em

termos societários, redundaram em mudanças radicais na organização das famílias. [...] Essas transformações, [...] desencadearam um processo de fragilização dos vínculos familiares e comunitários e tornaram as famílias mais vulneráveis. A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos **ciclos de vida das famílias** (*grifo nosso*). (BRASIL, 2004, p. 36)

A família passa por fases que se apresentam com características próprias, que exigem um enfrentamento muitas vezes difícil. Ao se constituir o casal, vários são os aspectos que vão interferir na relação conjugal, dentre eles a interferência da família de origem de cada um, principalmente quando o casal é de adolescentes. Em uma família com filhos pequenos, o foco inicial são os cuidados com a criança. Assim, conciliar um momento para o casal acaba sendo uma das tarefas mais difíceis. É aqui que as separações podem ocorrer. Na família com filhos adolescentes os pais se voltam para a própria adolescência em que viveram e muitas vezes não são flexíveis diante do novo que seus filhos adolescentes trazem para o contexto familiar. Esta situação pode criar conflitos e distanciamentos entre pais e filhos. Na fase em que os pais se tornam idosos, a possibilidade de doenças e de um cuidado maior por parte dos filhos é um fato difícil de ser enfrentado. Nesse momento podem reascender conflitos mal resolvidos entre pais e filhos que vão resultar muitas vezes em conflitos sobre quem vai cuidar dos pais. Podem ainda nesta fase os pais virem a assumir economicamente a família dos filhos e os filhos virem a residir com os pais, trazendo situações conflituosas no ambiente familiar. Essas são algumas das questões a serem consideradas e trabalhadas com a família para sua participação ativa no grupo. Veja o que diz o guia de orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social:

Os grupos são uma “rede de vínculos, comunicação e poder” e o que faz a diferença entre eles é justamente a forma como organizam tais vínculos. O trabalho com grupos, portanto, tem um grande potencial de mobilização, aprendizagem e reflexão, sendo necessária uma coordenação que potencialize e colabore com o processo do grupo. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL..., 2006, p. 38)

Não basta provocar a família para que participe do grupo a partir do levantamento de seus interesses. Trabalhar com grupo exige do profissional uma capacitação técnica para olhar a família pensada e vivida na percepção da família e do próprio assistente social e o ciclo de vida familiar em que os membros se encontram.

DIFICULDADES DOS PROFISSIONAIS NA COORDENAÇÃO DE GRUPO

Coordenar grupos com famílias e/ou com seus representantes não é uma tarefa fácil. Tanto as questões institucionais como as próprias demandas apresentadas pelo grupo vão compor o rol de dificuldades que os assistentes sociais vão encontrar na coordenação de grupos. Dentre as dificuldades institucionais pude observar:

- Acúmulo de trabalho realizado pelo assistente social, em virtude de outras demandas institucionais, como coordenar outros projetos;
- Realização de outras tarefas, além da coordenação de grupo, reduzindo o tempo para planejamento das ações com os grupos;
- Mudanças nas diretrizes institucionais para o trabalho de grupo;
- Número elevado de participantes no grupo, entre trinta a sessenta pessoas;
- Troca constante de coordenadores no grupo;
- Falta de recursos materiais (equipamentos audiovisuais, materiais de escritório, material específico para os temas discutidos no grupo, etc) para o desenvolvimento das atividades;
- Local adequado para realização das reuniões e atividades;
- Estar sozinho para planejar, divulgar e executar o trabalho de grupo com famílias;
- Aceitação e valorização do trabalho de grupo pela instituição;
- Visão fragmentada de família pela instituição;
- Relação de dependência, criada pela instituição, com a família em relação aos serviços prestados.

Estas questões vão impor ao assistente social a mediação entre os objetivos institucionais, profissionais e do próprio grupo. A compreensão das requisições postas aos assistentes sociais está permeada pelas demandas da família e pela caracterização das intervenções sociais que se propõem a enfrentar nas manifestações da questão social. (TRINDADE, 2004, p. 39)

A autonomia do grupo, resistências a mudanças, integração entre os membros, inclusão de novos membros, medos em relação ao grupo, cognição, limites, comunicação, conflitos entre os membros do grupo, participação e organização do grupo em uma dimensão mais coletiva são algumas das situações enfrentadas na coordenação de grupo pelo assistente social e que vão exigir competência técnica para lidar com elas. O manejo dessas situações vai possibilitar o fortalecimento dos vínculos entre os membros do grupo e o envolvimento em questões mais coletivas na defesa dos direitos sociais.

Embora a coordenação de grupos faça parte das atividades desempenhadas pelo assistente social, o que se percebe são dificuldades de planejamento, de ordem técnica e até mesmo de ordem pessoal do profissional. Foi a partir das observações dessas dificuldades que fui construindo uma forma de trabalhar com grupos que integra as dimensões grupal e individual conectando com os temas abordados no grupo. Essa forma traz maior eficiência e eficácia da ação profissional com as famílias.

O planejamento das atividades com o grupo de famílias envolve desde a elaboração de um projeto com os objetivos claramente definidos, a preparação dos temas a partir do levantamento de interesses do grupo até a organização e operacionalização das reuniões. Dependendo do grupo e da instituição na qual o profissional se situa, as dificuldades podem variar. Nas experiências que tive, assessorando equipes de profissionais que atuam em creche e grupos de convivência de idosos observei as seguintes dificuldades:

- Falta de criatividade para planejamento das atividades e o caráter informativo das reuniões, em função do longo tempo de permanência na coordenação, de um mesmo grupo;
- Falta de clareza nos objetivos profissionais para o trabalho de grupo;
- Falta de conexão entre os temas abordados e dos temas com o momento em que o grupo se encontra.
- Manutenção do interesse pela participação dos membros no grupo;
- Dificuldade de conciliação entre coordenar e registrar os fatos importantes acontecidos no grupo;

A questão técnica está relacionada ao manejo do profissional com as diversas situações surgidas no campo grupal. Este manejo vai além do uso de técnicas de dinâmica de grupo, implica em identificar, compreender e trabalhar essas situações com o próprio grupo. Isso requer do assistente social um conhecimento específico do trabalho com grupos e uma supervisão profissional. A pessoa do assistente social também deve ser considerada, pois é ela que coordena o grupo e vai imprimir o seu próprio estilo no manejo com o grupo.

Zimerman e Osório (1997) referem-se aos atributos de um coordenador de grupo, dizendo ser:

Impossível dissociar um adequado manejo técnico em qualquer modalidade de grupo, sem que haja uma simultânea *atitude interna* na pessoa real do profissional.

Assim, além dos necessários *conhecimentos* (provindos de muito estudo e leituras), de *habilidades* (treino e supervisão), as *atitudes* [...] são indispensáveis, e elas são tecidas com alguns atributos e funções [...]. (ZIMERMAN; OSÓRIO, 1997, p. 40)

Dentre as atitudes citadas pelos autores destaco as seguintes: gostar e acreditar em grupos, empatia, comunicação, ser verdadeiro e ter senso de humor.

Várias são as dificuldades do profissional para lidar com as situações que surgem no grupo: resistências do grupo, papéis desempenhados pelos membros do grupo, liderança, a representatividade do grupo em fóruns e conselhos de direitos, conflitos, queixas, formação de subgrupos (panelinhas), fechar as discussões realizadas no grupo, interpretar a dinâmica implícita apresentada pelo grupo, administrar expectativas do grupo e a viabilidade para realizá-las, lidar com as diferenças de pensamento, tendo como base o objetivo comum do grupo.

A pessoa do coordenador é o recurso mais precioso que se tem quando se trabalha com grupo. O que quero dizer? Embora o profissional precise do conhecimento e outros atributos para coordenar um grupo, o que vai fazer a diferença é a pessoa do coordenador, suas reações, seus valores e as atitudes que exhibe (COREY, 1983). As dificuldades que envolvem a pessoa do coordenador que observei foram:

- Falta de experiência no trabalho com grupos;
- Dificuldade em dizer “não” para o grupo em situações que necessitam de limites;
- Envolvimento afetivo com o grupo interferindo nas ações profissionais;

- Administração das cobranças do grupo em função do vínculo afetivo criado entre o coordenador e o grupo;
- Vivenciar na própria família as mesmas situações surgidas no grupo;
- Ansiedade do coordenador pelo crescimento do grupo atropelando ações;
- Exigir responsabilidade e compromisso de membros do grupo que dispersam a reunião;
- Falar de sentimentos com o grupo;
- Abordar temas com o grupo, como morte, envelhecimento, sexualidade;
- Interagir com o grupo durante o desenvolvimento de dinâmicas, cujo objetivo é estimular a representatividade em fóruns e conselhos de direitos;
- Não priorização do trabalho com o grupo pelo próprio profissional;
- Lidar com as situações surgidas no grupo referentes ao processo grupal;
- Medo de não atingir os objetivos profissionais do trabalho com as famílias;
- Acomodação do coordenador no tipo de trabalho desenvolvido;
- Lidar com a autoridade.

A busca pelo auto conhecimento pelo assistente social vai possibilitar ao próprio profissional administrar de maneira mais adequada aquelas situações de grupo em que suas dificuldades mais se evidenciam.

OBJETIVOS PROFISSIONAIS

No trabalho com famílias, utilizando a abordagem grupal, os objetivos profissionais são muitas vezes confundidos com os objetivos institucionais pelo qual o assistente social está inserido. Há dois aspectos para se compreender; um diz respeito ao que a instituição determina que deva ser o objetivo do trabalho com famílias e outro se refere ao que o profissional deseja atingir para a família no trabalho de grupo. No primeiro há que pensar qual é de fato a concepção da instituição sobre o trabalho de grupo com a família e as perspectivas pensadas para esse trabalho. Trindade (2004) faz referência ao contexto atual, em que os assistentes sociais são requisitados para atuar:

Na esfera pública estatal os assistentes sociais continuam requisitados para atuar na prestação direta de serviços sociais nas instituições públicas, porém, as condições de efetivação desses serviços – notadamente a tensão universalização/seletividade – recolocam essa conhecida demanda. A desvalorização política e financeira das instituições estatais têm dificultado o encaminhamento do trabalho profissional alinhado com a expansão das garantias relativas aos direitos sociais. Por isso, ainda que a prática de prestação de serviços aparentemente permaneça a mesma, ela está tangenciada por novas determinações. (TRINDADE, 2004, p. 38)

É preciso conhecer as determinações sócio-históricas em que atua o profissional para a construção dos objetivos profissionais.

O Projeto Ético Político da profissão deve ser a base para a definição destes objetivos, mas o profissional deve ter também a clareza em saber a onde se deseja chegar com este trabalho.

Uma decisão que se torna difícil de ser tomada, uma vez que o assistente social acaba muitas vezes por focar tão somente na demanda da instituição e do próprio grupo.

TRABALHO COM GRUPOS: UMA PROPOSTA CONSTRUÍDA

Olhar a família em sua totalidade é o primeiro passo para desenvolver esta metodologia, ou seja, a família inserida em um determinado tempo e espaço com suas crenças e valores. Sendo assim trabalho em duas dimensões: a individual e a grupal.

Na *dimensão individual*, o foco é o processo de individuação dos membros do grupo, ou seja, como cada um tem buscado seu crescimento pessoal, qual é o espaço e tempo que ele tem para si mesmo em seu cotidiano. O objetivo é desenvolver a auto percepção em relação a si mesmo a partir do outro, é o auto conhecimento. Essa dimensão se dá através de temas voltados para a auto estima e qualidade de vida. A partir desses grandes temas, há os sub temas que são definidos de acordo com os interesses das famílias.

Na *dimensão grupal*, o foco são as relações grupais, o fortalecimento dessas relações. Nesta dimensão, o objetivo é trabalhar a dinâmica interna e externa das relações grupais, ou seja, os processos grupais e o coletivo. A identidade do grupo, os vínculos afetivos e a cidadania são os grandes temas abordados no grupo. É a partir daí que se constrói os sub temas. Entendo que ao trabalhar a identidade e os vínculos do grupo, posso fortalecer os objetivos comuns, compromisso, cumplicidade, sentimento de pertencimento, respeito às diferenças, ética, a confiança, a cooperação, a união do grupo e abrir a possibilidade tanto dos membros buscarem sua própria cidadania na defesa de seus direitos, como do grupo buscar ações mais coletivas, como a participação em fóruns, conselhos de direitos, redes de atendimento a bens e serviços, ou seja, ações voltadas para a cidadania.

Essas dimensões são trabalhadas de forma circular. Com o levantamento das demandas das famílias, organizam-se as questões de ordem individual e grupal e, com um cronograma de temas trabalha-se simultaneamente as duas dimensões, seja em uma mesma reunião, ou alternando cada dimensão em cada reunião, dependendo do momento em que o grupo se encontra.

Os *temas* são organizados de forma que haja uma conexão entre as duas dimensões, a individual e a grupal. Para cada tema haverá um objetivo interligado com os objetivos das dimensões individual e grupal, em conexão com os objetivos do coordenador e do grupo.

Para cada tema haverá vários sub temas, ou seja, o mesmo tema tratado sob vários focos que serão desenvolvidos através de discussões realizadas durante as reuniões. Entre um tema e outro intercalar com *atividades* pensadas em conjunto com o grupo para que possam vivenciar o que foi discutido nas reuniões. Elas podem ser desenvolvidas, tanto durante as reuniões, como em parte delas, em atividades externas, e podem ser viabilizadas de forma coletiva e ou individual. Não devem ser atividades aleatórias e sim, estarem em conexão com os temas abordados.

COORDENADOR DE GRUPO

Para que esta proposta tenha maior eficiência e eficácia, é importante que a coordenação do grupo seja realizada por dois profissionais. Desenvolver o trabalho de grupo em duplas no planejamento das ações, execução e avaliação, ou em alguma dessas etapas, possibilita ver a si mesmo na condução do grupo, a partir da relação com o outro profissional, permite uma percepção e avaliação mais rica dos processos grupais, o rodízio dos papéis de coordenação e o registro escrito das falas e fortalece as relações de cooperação da equipe. Serrão e Baleeiro (1999) mencionam outros aspectos do trabalho em duplas:

O entrosamento da dupla que coordena o trabalho é imprescindível. Possibilita que se ande numa única direção e fortalece o sentido de soma e troca. [...] Existindo apenas um facilitador, este necessita ter com quem compartilhar suas observações e reflexões. É importante que procure discutir com outros educadores, abrindo espaço para novas hipóteses sobre o grupo. Tais discussões devem ser sigilosas, não podendo ser utilizadas em outras situações e para outros fins. O sigilo é fundamental para se manter a confiança nas relações grupais. (SERRÃO; BALEEIRO, 1999, p. 38)

Compartilhar as observações entre os profissionais que coordenam um mesmo grupo é abrir canais para o fortalecimento do trabalho em equipe e a realização de ações em outras dimensões, a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família ocupa hoje um lugar de destaque nas políticas sociais como um sujeito ativo que tem a função de proteger, socializar e inserir seus membros no mercado de trabalho. Para tanto cabe às políticas sociais oferecer proteção para que a família possa cumprir sua função protetora.

O assistente social como um dos profissionais que atuam na formulação e execução das políticas sociais tem como responsabilidade buscar a qualificação contínua para sua ação profissional. Pensar o trabalho de grupo com famílias como estratégia para alcançar a autonomia e emancipação das famílias é necessário para buscar a eficiência e eficácia no uso desse instrumento técnico operativo. A consistência teórico-metodológica e o enfrentamento das dificuldades institucionais, profissionais e do próprio grupo com o qual se trabalha são bases para que se consiga resultados concretos no trabalho de grupo com família.

Não posso deixar de mencionar a pessoa do assistente social que tem o compromisso com a construção da cidadania. É importante que ele tenha consciência de seus limites e possibilidades. É fundamental que o assistente social no trabalho de grupo com famílias seja verdadeiro, coerente, autêntico, procurando diminuir contradições entre o que faz e o que diz, sem ocupar o lugar de onipotente e salvador, mostrando, com respeito, as incoerências do grupo e de seus integrantes e perguntando sempre sobre aquilo que não é dito, mas que aparece nas entrelinhas.

A proposta apresentada aqui é um caminho para o desenvolvimento do trabalho com grupos, não é uma proposta fechada, mas em construção na mediada em que for se dando

experiência do trabalho com grupos. É um olhar do “aqui e agora” fruto da minha experiência com grupos.

Esta forma de trabalhar com grupos pode ser aplicada junto aos CRAS- Centro de Referência de Assistência Social, como em qualquer instituição que tenha famílias e ou seus representantes participando de grupos sócio educativos.

Cabe, ao pensar em metodologias para o trabalho de grupo com famílias, aprofundar como os registros do que acontece nos grupos podem ser transformados em dados consistentes que constituam em indicadores qualitativos associados aos quantitativos. Os dados coletados nesses registros podem ser uma alternativa para a participação do assistente social na formulação das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

- BERSTEIN, M. Contribuições de Pichón-Rivière à psicoterapia de grupo. In: OSÓRIO, Luiz Carlos. (Org.). *Grupoterapia hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional da Assistência Social*, Brasília, nov. 2004. p. 33-50. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas/publicacoes>>. Acesso em: 18 abr. 2008.
- COREY, Gerald et al. *Técnicas de grupo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. Cap 1.
- GOMES, Reges Chagas. (Des) caminhos do trabalho em grupo. In: IAMAMOTO, Marilda Vilela et al. *Metodologias e técnicas do Serviço Social*. Brasília: Sesi –DN, 1996. p. 31-41.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. Proteção básica do Sistema Único de Assistência Social: *guia de orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social*. Brasília: MDS, jun. 2006. p. 33-61 . Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas/publicacoes>>. Acesso em: 18 abr. 2008.
- PEREIRA, William César Castilho. Nas trilhas do trabalho comunitário e social: *teoria, método e prática*. 2. ed. Belo Horizonte: Vozes; PUCMINAS, 2001. Cap. 4.
- SERRÃO, Margarida; BALEEIRO, Maria Clarice. *Aprendendo a ser a conviver*. 2. ed. São Paulo: FTD, 1999. Cap. 4.
- SZYMANSKI, Heloisa. A relação família/escola: *desafios e perspectivas*. Brasília, DF: Plano, 2001. (3º Milênio). p. 19-33.
- TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. *Temporalis*, Brasília, ano II, n. 4, p. 21-39, jul. /dez. 2004.
- ZIMERMANN, David E.; OSÓRIO, Luiz Carlos. *Como trabalhar com grupos*. Porto Alegre: Artmed, 1997. Cap. 2, 6, 9.
- ZIMERMANN, David. E. *Fundamentos básicos das grupoterapias*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. Cap. 1.

Mônica Maria Nunes da Trindade Siqueira

Assistente Social, Mestre em Psicologia da Educação pela PUC SP, com a pesquisa intitulada: A formação do assistente social: a afetividade na supervisão de estágio, Especialista em Terapia Familiar e de Casal e em Recursos Humanos e formada em Direito.

É professora na Universidade de Taubaté desde 1991 no curso de Serviço Social e ministra as disciplinas Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso, Supervisão Acadêmica de Estágio, Oficina de Metodologia Científica Aplicada ao Serviço Social, Oficina de Legislação Social Aplicada ao Serviço Social e Seminários Temáticos.

Desenvolve assessorias, consultorias e treinamentos em conselhos de direitos, empresas e instituições públicas e privadas.

Atua como supervisora profissional para assistentes sociais.

Rua: Major Arnaldo Vissoto, n° 57 – Bosque dos Eucaliptos

CEP: 12233-140 - São José dos Campos – SP

Telefone: Resid. (12) 3936-2690 – Cel. (12) 9704-5954

Email monica.mnts@uol.com.br